

INFORMAÇÃO DE MONITORIZAÇÃO

Setor convencionado de Medicina Física e Reabilitação

ERS, 6 de dezembro de 2022

1. Contexto

A Entidade Reguladora da Saúde (ERS), nos termos dos seus Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 126/2014, de 22 de agosto, deve “assegurar o cumprimento dos critérios de acesso aos cuidados de saúde, nos termos da Constituição e da lei” (alínea b) do artigo 10.º), “zelar pela legalidade e transparência das relações económicas entre todos os agentes do sistema” (alínea e) do artigo 10.º) e “promover e defender a concorrência nos segmentos abertos ao mercado, em colaboração com a Autoridade da Concorrência na prossecução das suas atribuições relativas a este setor” (alínea f) do art.º 10.º).

Na prossecução destes objetivos, a ERS tem vindo a acompanhar o funcionamento dos mercados do setor da saúde em diversos contextos, sendo o mercado da medicina física e reabilitação (MFR) em Portugal particularmente relevante, não apenas pela elevada frequência com que cada utente precisa de recorrer a meios complementares de diagnóstico desta natureza, como por constituir a quarta maior despesa convencionada com o Serviço Nacional de Saúde (SNS)¹.

Na presente monitorização, entende-se que a MFR é uma área de especialização médica que tem por objetivo contribuir para a reabilitação/recuperação do indivíduo afetado funcionalmente por uma doença ou um traumatismo, pelo que os utentes de MFR deverão pertencer maioritariamente aos estratos mais elevados da estrutura etária da população, e/ou terão sofrido situações potencialmente incapacitantes, como lesões cerebrais (Acidentes Vasculares

¹ Em primeiro, segundo e terceiro lugares, em termos de despesa no setor convencionado, encontram-se as áreas de prestação de serviços de Análise Clínicas, Diálise e Radiologia.

Cerebrais – AVC e Traumatismos Crânio Encefálicos – TCE), lesões vertebro-medulares e outros politraumatismos, e amputações (ERS, 2008²).

Assim, a área da MFR foi uma das áreas analisadas em 2006 no estudo de “Avaliação do Modelo de Celebração de Convenções pelo SNS”³, que se concentrou na prestação de cuidados pelo setor convencionado com o SNS. Em 2008 foi realizado novo estudo, onde se procedeu à “Caracterização do Acesso dos Utentes a Serviços de Medicina Física e de Reabilitação”⁴. Neste estudo, descreveram-se as principais características dos utentes dos serviços de MFR, apresentou-se a distribuição geográfica destes serviços, avaliou-se o acesso nas dimensões de acessibilidade e disponibilidade, e foram apresentadas possibilidades de reorganização da rede de serviços de MFR. Das conclusões do estudo destaca-se que a disponibilidade de serviços de MFR, relativamente à população residente, apresenta um grau de desigualdade regional superior ao da distribuição da generalidade dos cuidados de saúde, confirmando assim situações de escassez de oferta neste setor em algumas regiões.

Em 2011 foi realizado o estudo sobre a “Concorrência no Sector da Prestação de Serviços de Medicina Física e Reabilitação”⁵ com o intuito de analisar a existência de eventuais problemas concorrenciais e avaliar a presença de potencial dominância nos mercados, tendo-se identificado 14 mercados numa situação concorrencial relativamente preocupante, por apresentarem níveis de concentração elevada e situações de potencial dominância.

Finalmente em 2013, a área da MFR foi incluída como um dos principais objetos de análise no estudo “Acesso, Concorrência e Qualidade no Setor Convencionado com o SNS – Análises Clínicas, Diálise, Medicina Física e de Reabilitação e Radiologia”⁶.

Numa lógica de continuidade da monitorização que a ERS tem vindo a realizar nesta matéria, importa analisar a oferta e estrutura do mercado convencionado de MFR, dando conta da situação atual e da evolução verificada entre 2016 e 2021, concretamente no que se refere ao acesso dos utentes aos estabelecimentos que prestam cuidados na área da MFR e à concorrência entre os grupos empresariais que detêm os estabelecimentos prestadores desses cuidados, em Portugal continental. Adicionalmente, é também apresentado um capítulo relativo

² ERS (2008). “Caracterização do Acesso dos Utentes a Serviços de Medicina Física e de Reabilitação”. Disponível no website da ERS, em <https://www.ers.pt/media/0g3dfcjc/file-29.pdf>.

³ Disponível no website da ERS, em <https://www.ers.pt/media/znvf5mwc/file-35.pdf>.

⁴ Disponível no website da ERS, em <https://www.ers.pt/media/0g3dfcjc/file-29.pdf>.

⁵ Disponível no website da ERS, em <https://www.ers.pt/media/byhbhepu/file-11.pdf>.

⁶ Disponível no website da ERS, em <https://www.ers.pt/media/jn1fyu4k/file-42.pdf>

aos encargos com o setor convencionado das análises clínicas e evolução dos preços nesse âmbito.

Para cálculo dos resultados aqui apresentados e elaboração das respetivas tabelas recorreu-se ao Sistema de Registo dos Estabelecimentos Regulados (SRER) da ERS, ao Sistema de Registo de Reclamações (SGREC) da ERS, a informação disponível no Portal da Transparência – SNS⁷ relativa a Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica (MCDT) convencionados, e a dados do Instituto Nacional de estatística (INE⁸).

2. Encargos com o setor convencionado

Considerando apenas a oferta do setor convencionado com o SNS em prestação de serviços de MFR, foram gastos aproximadamente 113 milhões de EUR em 2021, com a Administração Regional de Saúde (ARS) Norte a apresentar os encargos mais elevados, de 64 milhões de EUR, seguida pela ARS Lisboa e Vale do Tejo, com aproximadamente 28 milhões de EUR.

Tabela 1 – Encargos com o setor convencionado de MFR, por região de saúde e entre 2016 e 2021

ARS	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
Norte	45 053 349 €	47 215 661 €	51 415 053 €	55 822 680 €	38 749 710 €	64 101 308 €	302 357 761 €
Centro	10 577 597 €	11 574 019 €	12 599 454 €	13 388 024 €	9 388 790 €	15 928 727 €	73 456 611 €
Lisboa e Vale do Tejo	15 669 556 €	16 392 225 €	19 947 875 €	20 647 880 €	13 891 333 €	28 140 156 €	114 689 025 €
Alentejo	532 290 €	570 133 €	632 967 €	678 082 €	452 675 €	664 803 €	3 530 950 €
Algarve	2 311 498 €	2 272 647 €	2 470 065 €	2 748 520 €	2 007 548 €	3 965 642 €	15 775 919 €
Portugal Continental	74 144 290 €	78 024 684 €	87 065 414 €	93 285 186 €	64 490 056 €	112 800 636 €	509 810 266 €

Fonte: Elaboração própria, com base em dados extraídos do Portal da Transparência do SNS.

Quanto à distribuição do total de encargos pelas cinco regiões de saúde, constatou-se que a ARS Norte e a ARS Lisboa e Vale do Tejo assumem as maiores percentagens – 57% e 25%, respetivamente – a apresentarem em conjunto 82% de todos os encargos -, e as ARS Alentejo e Algarve as menores percentagens – 1% e 4%, respetivamente.

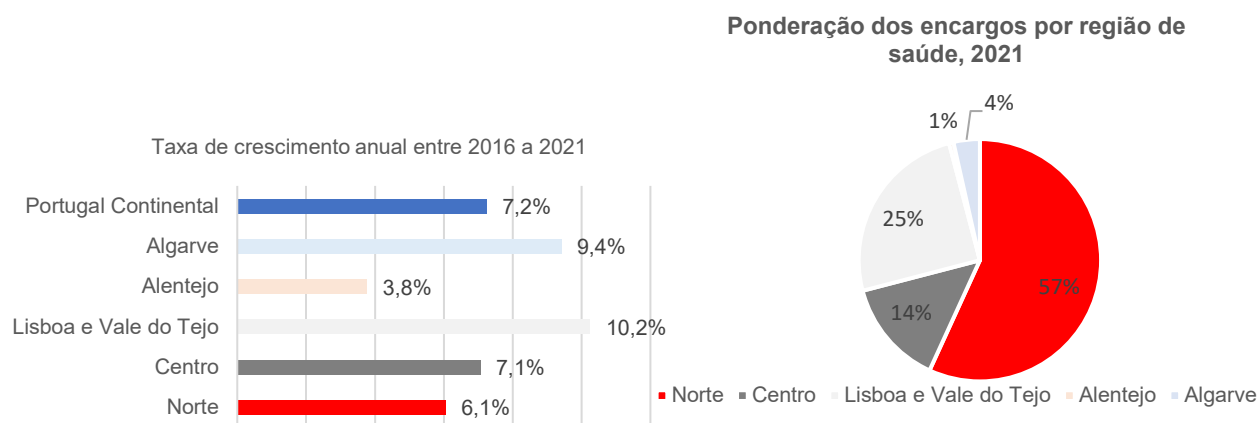
Adicionalmente, verificou-se também que os encargos em Portugal continental com este setor convencionado apresentaram uma taxa de crescimento anual de 7,2%, entre 2016 e 2021, com

⁷ Dados disponíveis em https://transparencia.sns.gov.pt/explore/dataset/exames-convencionados-e-area-mcdt/table/?disjunctive.ars_faturacao&disjunctive.area_mcdt&sort=data, extraídos a 01/06/2022.

⁸ INE (2021). *Censos 2021 – Divulgação dos Resultados Provisórios*. Instituto Nacional de Estatística. https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=526271534&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt (dados extraídos a 20/06/2022).

a ARS Lisboa e Vale do Tejo a exibir o crescimento mais elevado (10,2%) de todas as regiões de saúde, e no lado oposto, a ARS Alentejo com o menor crescimento (3,8%).

Gráfico 1 – Encargos com o setor convencionado de MFR



Fonte: Elaboração própria, com base em dados extraídos do Portal da Transparência do SNS.

Da análise aos encargos ponderados pelo número de habitantes, verifica-se que a ARS Norte apresenta, nos seis anos em análise, os valores mais elevados, atingindo em 2021 a despesa mais elevada em serviços de MFR, correspondente a 18.041 EUR por 1.000 habitantes. Nesse ano, a ARS Centro exibiu o segundo valor mais elevado, de 10.340 EUR por 1.000 habitantes, e a ARS Alentejo apresentou o valor mais baixo, de 1.417 EUR por 1.000 habitantes.

Tabela 2 – Encargos com o setor convencionado por 1.000 habitantes de MFR, entre 2016 e 2021

ARS	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Norte	12 680 €	13 289 €	14 471 €	15 711 €	10 906 €	18 041 €
Centro	6 866 €	7 513 €	8 179 €	8 691 €	6 095 €	10 340 €
Lisboa e Vale do Tejo	4 332 €	4 531 €	5 514 €	5 708 €	3 840 €	7 779 €
Alentejo	1 134 €	1 215 €	1 349 €	1 445 €	965 €	1 417 €
Algarve	5 206 €	5 118 €	5 563 €	6 190 €	4 521 €	8 931 €
Portugal Continental	7 704 €	8 107 €	9 046 €	9 693 €	6 701 €	11 720 €

Fonte: Elaboração própria, com base em dados extraídos do Portal da Transparência do SNS.

Por último, em relação aos preços praticados na área G – Medicina Física e Reabilitação, entre 2016 e 2022 não se verificou nenhuma alteração dos preços, pelo que os aumentos em causa se referem a efetivos acréscimos em termos de produção nesta área.

3. Acesso

3.1. Oferta

Em outubro de 2022 foram identificados, no SRER da ERS, 974 estabelecimentos com registo de serviços na área da MFR⁹, dos quais 94 (9,7%) de natureza pública e 880 (90,3%) de natureza não pública. A região com o maior número de estabelecimentos é a ARS Norte (379), seguida pela ARS Lisboa e Vale do Tejo (351); a região com menor número de estabelecimentos na área da MFR é a do Algarve (37).

Tabela 3 – Estabelecimentos registados com valência de MFR, por natureza jurídica

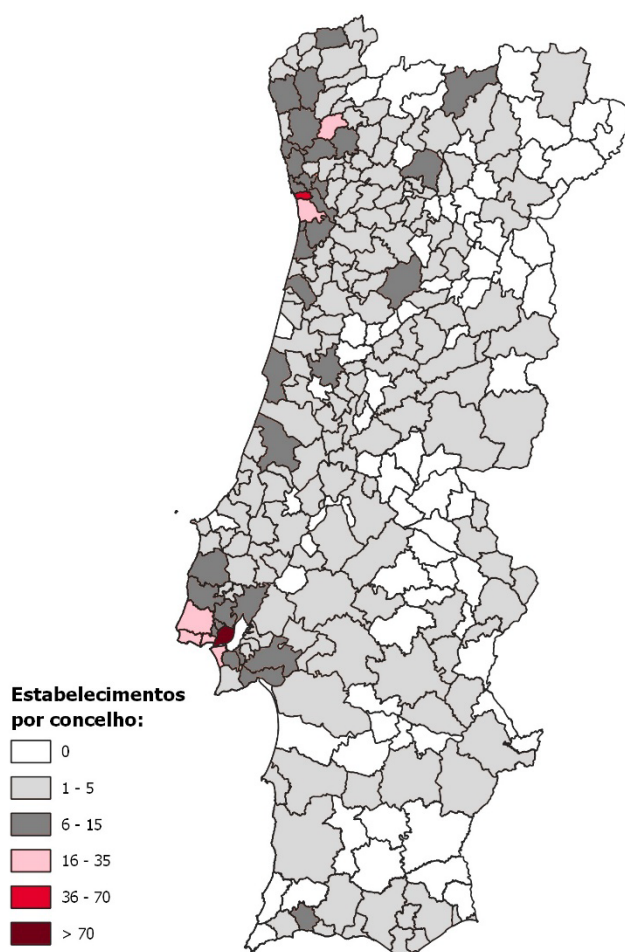
ARS	N.º total de estabelecimentos	Estabelecimentos públicos		Estabelecimentos não públicos	
		N.º	%	N.º	%
Norte	379	33	3,4%	346	35,5%
Centro	160	18	1,8%	142	14,6%
Lisboa e Vale do Tejo	351	28	2,9%	323	33,2%
Alentejo	47	8	0,8%	39	4,0%
Algarve	37	7	0,7%	30	3,1%
Portugal continental	974	94	9,7%	880	90,3%

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do SRER da ERS.

Na figura 1 é possível visualizar a cobertura nacional dos serviços não públicos disponíveis na área de MFR, por concelho. Constata-se que há 78 concelhos (correspondente a 28,1% do total de concelhos) em Portugal continental sem estabelecimentos de MFR, e que a maior concentração de concelhos sem qualquer estabelecimento se encontra na ARS Alentejo (24 concelhos, que representam 51% dos concelhos desta região de saúde). Os concelhos com maior número de estabelecimentos não públicos com serviços de MFR são Lisboa (77), Porto (37), Sintra (25), Almada, Braga e Vila Nova de Gaia (todas com 20).

⁹ Dados extraídos do SRER da ERS a 06/10/2022. A este valor acrescem os registos de 14 Unidades Móveis e 20 Unidades de Telemedicina, não contabilizadas porque não serão contempladas nas análises no presente estudo.

Figura 1 – Distribuição geográfica dos estabelecimentos não públicos com serviços de MFR



Fonte: Elaboração própria, com base em dados do SRER da ERS.

A comparação com a informação relativa ao ano de 2012¹⁰ permite constatar que houve um aumento global da oferta em todas as regiões de saúde. A oferta convencionada apenas diminuiu nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo (região onde, curiosamente, se registou o maior aumento da oferta global) e Algarve. A região do Norte exibiu o maior aumento na oferta convencionada, correspondente a 27,1%.

Considerando o total de prestadores com convenção para MFR, em 2022, a ARS Norte apresenta a maior percentagem de estabelecimentos não públicos convencionados com o SNS

¹⁰ Informação relativa ao ano de 2012 retirada do estudo da ERS sobre o "Acesso, Concorrência e Qualidade no Sector Convencionado com o SNS: Análises Clínicas, Diálise, Medicina Física e Reabilitação e Radiologia", publicado em 2013. Disponível no website da ERS, em <https://www.ers.pt/media/jn1fyu4k/file-42.pdf>.

(47,8%), seguida pela ARS Lisboa e Vale do Tejo (29,6%), e a ARS Alentejo apresenta a menor percentagem de prestadores convencionados (2,9%).

Tabela 4 – Comparação da oferta entre os anos de 2012 e 2022

ARS	Sem convenção			Com convenção		
	2012	2022	Δ %	2012	2022	Δ %
Norte	109	196	79,8%	118	150	27,1%
Centro	50	92	84,0%	44	50	13,6%
Lisboa e Vale do Tejo	23	230	900,0%	112	93	-17,0%
Alentejo	17	30	76,5%	8	9	12,5%
Algarve	6	18	200,0%	13	12	-7,7%
Portugal continental	205	566	176,1%	295	314	6,4%

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do SRER da ERS e do estudo da ERS de 2013.

Na tabela 5 apresenta-se a distribuição geográfica dos convencionados por ARS, bem como a frequência relativa face ao total de estabelecimentos não públicos da ARS respetiva, comparando-se os anos de 2012 e 2022. Em 2022, tendo em conta o total de 880 estabelecimentos não públicos, verifica-se que 35,7% (314) detêm convenção com o SNS. Constata-se que, apesar do aumento no número de estabelecimentos verificado entre 2012 e 2022, a frequência relativa dos estabelecimentos convencionados em relação ao total de estabelecimentos não públicos diminuiu em todas as regiões de saúde, o que revela que o número de convencionados não acompanhou a tendência de aumento observada no número de estabelecimentos não públicos. Em 2022, é também possível verificar que a ARS Alentejo é a região com menor percentagem de estabelecimentos convencionados face ao total de estabelecimentos não públicos (23,1%), seguida pela ARS Lisboa e Vale do Tejo (28,8%).

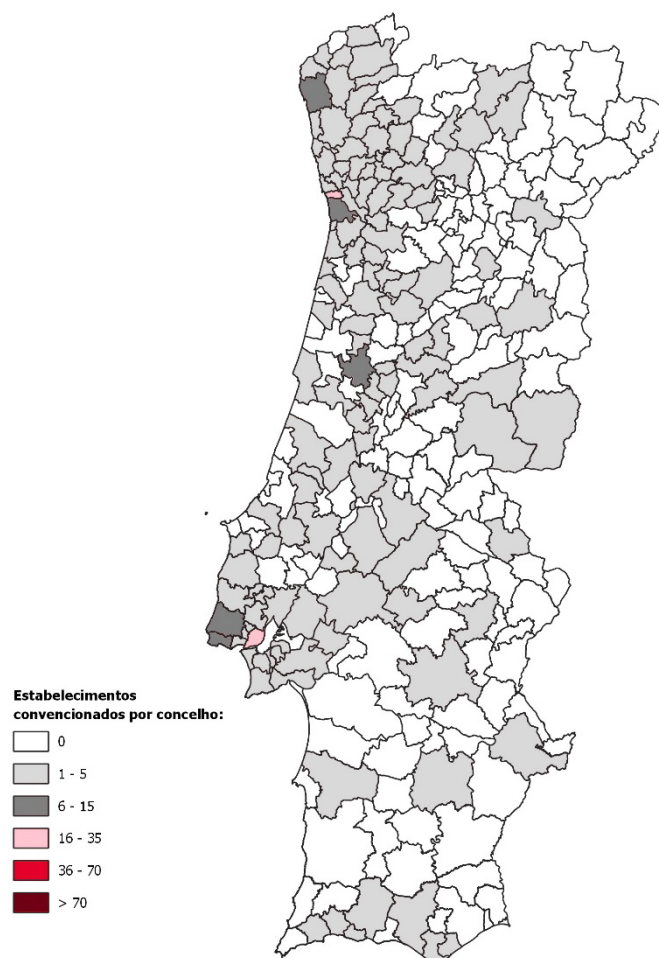
Tabela 5 – Convenções em MFR nos estabelecimentos não públicos, por ARS

ARS	2012		2022	
	N.º estab. convencionados	% do total de não públicos	N.º estab. convencionados	% do total de não públicos
Norte	118	52,0%	150	43,4% ↓
Centro	44	46,8%	50	35,2% ↓
Lisboa e Vale do Tejo	112	83,0%	93	28,8% ↓
Alentejo	8	32,0%	9	23,1% ↓
Algarve	13	68,4%	12	40,0% ↓
Portugal continental	295	59,0%	314	35,7% ↓

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do SRER da ERS e do estudo da ERS de 2013.

A figura 2 mostra a distribuição geográfica (por concelho) dos estabelecimentos não públicos com convenção com o SNS para a prestação de cuidados de saúde de MFR, sendo de referir a inexistência de oferta convencionada em 144 concelhos (34 na região do Norte, 43 no Centro, 19 na região de Lisboa e Vale do Tejo, 39 no Alentejo e 9 na região do Algarve).

Figura 2 – Distribuição geográfica dos estabelecimentos não públicos convencionados



Fonte: Elaboração própria, com base em dados do SRER da ERS.

Na tabela 6 apresentam-se os rácios de número de estabelecimentos por 1.000 habitantes, representando a capacidade de oferta não pública ponderada pela procura potencial (total e convencionada) disponível, por região de saúde.

Tabela 6 – Rácio de estabelecimentos não públicos por 1.000 habitantes

ARS	Total de Estabelecimentos não públicos	Rácio/ 1.000 hab	Estabelecimentos convencionados	Rácio/ 1.000 hab.
Norte	346	0,097	150	0,042
Centro	142	0,092	50	0,032
Lisboa e Vale do Tejo	323	0,089	93	0,026
Alentejo	39	0,083	9	0,019
Algarve	30	0,068	12	0,027
Portugal continental	880	0,091	314	0,033

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do SRER da ERS e do INE.

Em termos relativos, a maior oferta não pública disponível, expressa em termos de número de estabelecimentos não públicos por 1.000 habitantes, observa-se nas regiões de saúde do Norte e do Centro, ambas com rácios de estabelecimentos por 1.000 habitantes superiores a 0,091 (valor do rácio para Portugal continental), apresentando a ARS Algarve o rácio mais baixo das cinco regiões de saúde.

No que concerne à oferta convencionada com o SNS, a maior concentração verifica-se na ARS Norte, a única com um rácio superior ao agregado obtido para Portugal continental, de 0,033 por 1.000 habitantes. A ARS Alentejo apresenta o rácio mais baixo de estabelecimentos convencionados por 1.000 habitantes.

3.2. Procura

Para caracterização da procura, e com o intuito de identificar eventuais diferenças regionais, foram utilizados dados demográficos do INE e informação sobre requisições em análises clínicas do portal da transparência SNS, que se podem associar a diferentes graus de necessidade de cuidados de saúde da população residente em Portugal continental.

De salientar que os dados disponíveis no portal da transparência SNS e aqui utilizados se referem ao número de requisições aceites e atos aceites¹¹ em estabelecimentos convencionados, por área de MCDT, e que a ARS associada é a ARS pagadora.

3.2.1. Requisições por 1.000 habitantes

Quanto ao número de requisições¹² por 1.000 habitantes e por região de saúde, a análise da tabela 7 permite constatar que, entre 2016 e 2021, houve um crescimento anual de 3,9% em Portugal continental, com a ARS Centro a exibir o maior crescimento (4,2%), seguida pelas ARS Norte e Algarve (ambas com 4,0%). Importa realçar que a ARS Alentejo foi a única região a exibir um decréscimo anual (-0,8%) das requisições por 1.000 habitantes, no período em análise. Em 2021, a ARS Norte apresentou o maior número de requisições por 1.000 habitantes (130,53 por 1.000 habitantes), seguida pela ARS Centro (75,63 por 1000 habitantes). Por outro lado, a ARS Alentejo destacou-se, com o menor número de requisições por 1.000 habitantes no mesmo ano (com 12,57 por 1.000 habitantes).

Tabela 7 – Requisições no setor convencionado de MFR por 1.000 habitantes e por região de saúde, entre 2016 e 2021

ARS	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Tx cresc. anual
Norte	103,45	110,00	121,39	132,02	94,30	130,53	4,0%
Centro	59,24	65,95	72,19	77,36	55,78	75,63	4,2%
Lisboa e Vale do Tejo	43,07	44,70	49,37	54,54	37,46	53,46	3,7%
Alentejo	13,21	14,71	15,89	16,88	12,02	12,57	-0,8%
Algarve	48,38	47,33	51,35	56,66	41,76	61,11	4,0%
Portugal Continental	66,74	70,87	78,07	85,06	60,34	83,82	3,9%

Fonte: Elaboração própria, com base em dados extraídos do Portal da Transparência do SNS.

¹¹ Importa referir que requisições aceites e atos aceites referem-se ao número de requisições utilizadas e atos realizados em estabelecimentos convencionados, por área de MCDT, e que a ARS a elas associada é a ARS pagadora.

¹² De notar que uma requisição pode conter mais do que um ato.

3.2.2. Atos por 1.000 habitantes

Relativamente aos atos aceites por 1.000 habitantes, em 2021, realizam-se 4.644,21 atos por 1.000 habitantes, e destaca-se a ARS Norte com o maior número, correspondente a 7.084,23 por 1.000 habitantes.

No período em análise, a taxa de crescimento anual em Portugal continental correspondeu a 3,9%, tendo a ARS Lisboa e Vale do Tejo e a ARS Algarve exibido as taxas de crescimento mais elevadas, de 4,3% e 4,2%, respetivamente. Ao contrário da tendência observada para as restantes regiões de saúde, a ARS Alentejo apresentou uma taxa de crescimento anual negativa, entre 2016 e 2021, de 0,8%.

Tabela 8 – Número de atos aceites por região de saúde e por 1000 habitantes

ARS	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Tx cresc. anual
Norte	5 614,53	5 922,81	6 457,06	7 040,40	4 911,67	7 084,23	4,0%
Centro	3 348,57	3 657,86	3 919,24	4 180,88	2 961,35	4 095,37	3,4%
Lisboa e Vale do Tejo	2 434,95	2 532,60	3 047,33	3 109,71	2 097,97	3 132,28	4,3%
Alentejo	731,12	818,06	870,75	918,84	641,92	697,39	-0,8%
Algarve	2 748,13	2 677,86	2 919,98	3 197,10	2 312,87	3 512,73	4,2%
Portugal Continental	3 686,37	3 887,39	4 333,66	4 629,47	3 213,83	4 644,21	3,9%

Fonte: Elaboração própria, com base em dados extraídos do Portal da Transparência do SNS.

4. Concorrência

A avaliação do grau de concentração de um mercado é um dos principais fatores indicativos do funcionamento concorrencial desse mercado. A aferição do grau de concentração do mercado foi realizada por intermédio do cálculo das quotas de mercado e cálculo do Índice de Herfindahl-Hirschmann (IHH)¹³.

¹³ O IHH é uma medida específica da concentração do mercado, equivalente à soma dos quadrados das quotas de mercado das empresas. Este índice varia entre 0, mercado perfeitamente concorrencial, e 1, monopólio (habitualmente, o índice é apresentado como resultado do cálculo com quotas de mercado na base 100, variando assim entre 0 e 10.000). Quanto mais alto é o IHH, maior é a concentração de quota num pequeno número de empresas. Este índice é utilizado como medida da concentração dos mercados pela generalidade das autoridades de defesa da concorrência, nomeadamente pela Comissão Europeia e pela Autoridade da Concorrência.

Para identificação da quota de mercado recorreu-se ao número de requisições relativas a MFR, submetidas a pagamento em cada ARS por operadores não públicos, no ano de 2021, retirados do Portal da Transparência do SNS¹⁴.

Conforme referido, em outubro de 2022 constavam do SRRER 880 estabelecimentos não públicos na área da MFR, dos quais 314 detêm convenção com o SNS. Estes 314 estabelecimentos integram-se em 237 operadores (entidades ou grupos de entidades), que constituem efetivos concorrentes nos mercados considerados. A tabela 7 mostra os 36 maiores operadores¹⁵, que representam 50% da totalidade de requisições aceites em Portugal continental no ano de 2021¹⁶.

Tabela 7 – Requisições aceites por operador (entidade ou grupo de entidades)

Operadores anonimizados (entidades ou grupos de entidades)	Total de requisições aceites	Representatividade
AA	45.628	5,66%
AB	28.580	3,54%
AC	20.097	2,49%
AD	15.903	1,97%
AE	14.014	1,74%
AF	13.787	1,71%
AG	13.399	1,66%
AH	13.049	1,62%
AJ	12.412	1,54%
AK	11.954	1,48%
AL	11.641	1,44%
AM	11.220	1,39%
AN	10.719	1,33%
AO	10.713	1,33%
AP	10.387	1,29%
AQ	10.222	1,27%
AR	9.615	1,19%
AS	9.561	1,19%
AT	9.071	1,12%
AU	8.945	1,11%
AV	8.751	1,08%
AW	8.693	1,08%

¹⁴ Dados disponíveis em https://transparencia.sns.gov.pt/explore/dataset/exames-convencionados-e-area-mcdt/table/?disjunctive.ars_faturacao&disjunctive.area_mcdt&sort=data, extraídos a 29/07/2022.

¹⁵ A identificação das entidades e grupos empresariais é omitida nesta análise por se considerar informação de negócio sensível, e por tal identificação não ser essencial ao objetivo da presente publicação.

¹⁶ A tabela com a listagem completa de operadores do setor privado convencionado (anonimizados) cujas requisições foram aceites no ano de 2021 encontra-se em anexo ao presente documento.

Operadores anonimizados (entidades ou grupos de entidades)	Total de requisições aceites	Representatividade
AX	8.631	1,07%
AY	8.340	1,03%
AZ	8.321	1,03%
BA	7.715	0,96%
BB	7.408	0,92%
BC	7.310	0,91%
BD	6.975	0,86%
BE	6.888	0,85%
BF	6.731	0,83%
BG	6.502	0,81%
BH	5.784	0,72%
BJ	5.637	0,70%
BK	5.542	0,69%
BL	5.220	0,65%
Resultado para estes operadores	405.343	50,25%
Total de Portugal continental	806.786	100%

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do SRER da ERS e do Portal da Transparência do SNS.

Na tabela 8 e na figura 3 apresenta-se a caracterização da estrutura dos mercados nas diferentes regiões de saúde. Disponibiliza-se informação de indicadores calculados com base na totalidade dos operadores (entidades ou grupos de entidades) não públicos com convenção para a prestação de cuidados de MFR, com apresentação do IHH de cada região de saúde.

Tabela 8 – Indicadores de estrutura dos mercados de unidades não públicas convencionadas em MFR, por ARS

ARS	Requisições aceites	% do operador com maior quota	IHH
ARS Norte	463.753	9,79%	232
ARS Centro	116.506	11,76%	448
ARS Lisboa e Vale do Tejo	193.381	14,77%	415
ARS Alentejo	5.901	35,32%	2230
ARS Algarve	27.136	17,19%	1063
Portugal Continental	806.677	5,66%	116

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do SRER da ERS e do Portal da Transparência do SNS.

É possível verificar que o IHH de Portugal continental se situa significativamente abaixo do intervalo de valores que, de acordo com as orientações da Comissão Europeia, suscitam

preocupações (2.000 a 10.000 pontos). Em termos regionais, verificam-se níveis de concentração baixos em todas as regiões de saúde exceto na região do Alentejo, que apresenta um nível de concentração elevado, dentro do intervalo de valores que podem suscitar preocupações concorrenciais, e na região do Algarve, com um nível de concentração moderado.

Figura 3 - Níveis de concentração dos mercados não públicos convencionados de MFR, por Região de Saúde



Fonte: Elaboração própria, com base em dados do SRER da ERS e do Portal da Transparência do SNS.

O cálculo do rácio de concentração para os quatro grupos mais representativos que atuam em cada região de saúde (CR4) revela índices de concentração elevados na região do Alentejo e moderados nas restantes regiões¹⁷. Verifica-se também que o operador com maior representatividade a nível nacional (AA) só coincide com o maior grupo numa região de saúde, a ARS Norte.

¹⁷ Bukvic, R. M., Pavlovic, R. Z., & Gajic, A. M. (2017, February). Possibilities of Application of the Index Concentration of Linda in Small Economy: Example of Serbian Food Industries (No. 81707). Munich Personal RePEc Archive.

Tabela 9 – Indicadores de estrutura dos mercados por ARS, por referência aos quatro grupos mais representativos

ARS Operador	Requisições Aceites	Rácio (req./pop.)	CR4
ARS Norte	463.753	0,131	20,5%
AA	45.388	0,013	
AC	19.926	0,006	
AD	15.893	0,004	
AE	13.996	0,004	
ARS Centro	116.506	0,076	34,2%
AF	13.698	0,009	
AT	8.828	0,006	
AR	8.664	0,006	
AV	8.628	0,006	
ARS Lisboa e Vale do Tejo	193.381	0,053	32,3%
AB	28.565	0,008	
AK	11.920	0,003	
AM	11.205	0,003	
AN	10.700	0,003	
ARS Alentejo	5.901	0,013	85,1%
EW	2.084	0,004	
GS	1.352	0,003	
AW	1.077	0,002	
JT	507	0,001	
ARS Algarve	27.136	0,061	53,4%
AS	4.664	0,011	
CK	3.676	0,008	
CR	3.251	0,007	
CY	2.892	0,007	
Portugal continental	806.677	0,084	13,7%
AA	45.628	0,005	
AB	28.580	0,003	
AC	20.097	0,002	
AD	15.902	0,002	

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do SRER da ERS, do INE e do Portal da Transparência do SNS.

5. Conclusões

- Os serviços de MFR constituem a quarta maior despesa com serviços convencionados com o SNS.
- Os encargos com o setor convencionado de MFR apresentaram uma taxa de crescimento anual de 7,2% entre 2016 e 2021, sendo que foram gastos 113 milhões de EUR no último ano na prestação de serviços de MFR. Este aumento da despesa no setor convencionado não foi consequência de alterações de preços praticados entre 2016 e 2021, mas do aumento do volume de serviços prestados em MFR.
- Quanto à oferta, atualmente estão registados no SRER da ERS 974 estabelecimentos na área de MFR, dos quais 880 são estabelecimentos não públicos. Dos estabelecimentos não públicos, 35,7% têm convenção com o SNS.
- Existe maior oferta convencionada face ao número de habitantes na ARS Norte que também apresenta o maior rácio de encargos por 1.000 habitantes, enquanto a ARS Alentejo apresenta simultaneamente o menor rácio de prestadores convencionados e o menor rácio de encargos por 1.000 habitantes.
- Em termos de procura, o número de requisições por 1.000 habitantes e por região de saúde, aumentou 3,9% em Portugal continental, entre 2016 e 2021, tendo a ARS Centro exibido o maior crescimento (4,2%), seguida pelas ARS Norte e ARS Algarve (ambas com 4,0%).
- Relativamente aos atos aceites por 1.000 habitantes e por região de saúde, a taxa de crescimento nacional foi de 3,9%, entre 2016 e 2021. As regiões com uma taxa de crescimento inferior à verificada a nível nacional foram as ARS Centro (3,4%) e Alentejo (-0,8%).
- A nível concorrencial, os 314 prestadores do setor não público convencionado com o SNS em MFR agrupam-se em 237 operadores (entidades ou grupos de entidades) que constituem efetivos concorrentes nos mercados. Destes, 36 operadores representam cerca de 50% da totalidade de requisições aceites no ano de 2021.
- Tendo por base o IHH, o mercado de Portugal continental apresenta um índice de concentração baixo. A nível das regiões de saúde, a região do Alentejo apresenta um índice de concentração elevado.

- O cálculo do rácio de concentração para os quatro grupos mais representativos em cada região de saúde (CR4) revela índices de concentração elevados na região do Alentejo e moderados nas restantes regiões.

ANEXO

Requisições aceites por operador (entidade ou grupo de entidades) – Listagem completa

Operadores anonimizados (entidades ou grupos de entidades)	Total de requisições aceites	Representatividade
AA	45.628	5,66%
AB	28.580	3,54%
AC	20.097	2,49%
AD	15.902	1,97%
AE	14.014	1,74%
AF	13.787	1,71%
AG	13.399	1,66%
AH	13.048	1,62%
AJ	12.412	1,54%
AK	11.946	1,48%
AL	11.641	1,44%
AM	11.220	1,39%
AN	10.717	1,33%
AO	10.713	1,33%
AP	10.387	1,29%
AQ	10.222	1,27%
AR	9.615	1,19%
AS	9.561	1,19%
AT	9.069	1,12%
AU	8.945	1,11%
AV	8.749	1,08%
AW	8.690	1,08%
AX	8.630	1,07%
AY	8.340	1,03%
AZ	8.321	1,03%
BA	7.715	0,96%
BB	7.408	0,92%
BC	7.310	0,91%
BD	6.975	0,86%
BE	6.888	0,85%
BF	6.731	0,83%
BG	6.501	0,81%
BH	5.784	0,72%
BJ	5.636	0,70%
BK	5.542	0,69%

Operadores anonimizados (entidades ou grupos de entidades)	Total de requisições aceites	Representatividade
BL	5.220	0,65%
BM	5.190	0,64%
BN	5.100	0,63%
BO	4.979	0,62%
BP	4.862	0,60%
BQ	4.853	0,60%
BR	4.759	0,59%
BS	4.675	0,58%
BT	4.674	0,58%
BU	4.673	0,58%
BV	4.600	0,57%
BW	4.551	0,56%
BX	4.524	0,56%
BY	4.505	0,56%
BZ	4.499	0,56%
CA	4.220	0,52%
CB	4.134	0,51%
CC	4.061	0,50%
CD	4.039	0,50%
CE	3.995	0,50%
CF	3.828	0,47%
CG	3.810	0,47%
CH	3.717	0,46%
CJ	3.711	0,46%
CK	3.700	0,46%
CL	3.667	0,45%
CM	3.659	0,45%
CN	3.595	0,45%
CO	3.434	0,43%
CP	3.384	0,42%
CQ	3.349	0,42%
CR	3.259	0,40%
CS	3.243	0,40%
CT	3.177	0,39%
CU	3.046	0,38%
CV	3.027	0,38%
CW	2.978	0,37%
CX	2.938	0,36%
CY	2.914	0,36%

Operadores anonimizados (entidades ou grupos de entidades)	Total de requisições aceites	Representatividade
CZ	2.854	0,35%
C0	2.755	0,34%
DA	2.748	0,34%
DB	2.739	0,34%
DC	2.727	0,34%
DD	2.726	0,34%
DE	2.719	0,34%
DF	2.699	0,33%
DG	2.666	0,33%
DH	2.627	0,33%
DJ	2.616	0,32%
DK	2.578	0,32%
DL	2.548	0,32%
DM	2.530	0,31%
DN	2.527	0,31%
DO	2.524	0,31%
DP	2.500	0,31%
DQ	2.440	0,30%
DR	2.421	0,30%
DS	2.407	0,30%
DT	2.401	0,30%
DU	2.400	0,30%
DV	2.390	0,30%
DW	2.385	0,30%
DX	2.346	0,29%
DY	2.343	0,29%
DZ	2.342	0,29%
EA	2.340	0,29%
EB	2.310	0,29%
EC	2.306	0,29%
ED	2.305	0,29%
EE	2.300	0,29%
EF	2.298	0,28%
EG	2.273	0,28%
EH	2.270	0,28%
EJ	2.260	0,28%
EK	2.243	0,28%
EL	2.235	0,28%
EM	2.215	0,27%

Operadores anonimizados (entidades ou grupos de entidades)	Total de requisições aceites	Representatividade
EN	2.206	0,27%
EO	2.202	0,27%
EP	2.182	0,27%
EQ	2.181	0,27%
ER	2.166	0,27%
ES	2.145	0,27%
ET	2.127	0,26%
EU	2.121	0,26%
EV	2.119	0,26%
EW	2.117	0,26%
EX	2.116	0,26%
EY	2.101	0,26%
EZ	2.078	0,26%
FA	2.071	0,26%
FB	2.064	0,26%
FC	2.062	0,26%
FD	2.061	0,26%
FE	1.982	0,25%
FF	1.965	0,24%
FG	1.941	0,24%
FH	1.865	0,23%
FJ	1.855	0,23%
FK	1.852	0,23%
FL	1.837	0,23%
FM	1.798	0,22%
FN	1.797	0,22%
FO	1.726	0,21%
FP	1.715	0,21%
FQ	1.704	0,21%
FR	1.702	0,21%
FS	1.671	0,21%
FT	1.661	0,21%
FU	1.657	0,21%
FV	1.639	0,20%
FW	1.606	0,20%
FX	1.599	0,20%
FY	1.573	0,19%
FZ	1.570	0,19%
GA	1.567	0,19%

Operadores anonimizados (entidades ou grupos de entidades)	Total de requisições aceites	Representatividade
GB	1.544	0,19%
GC	1.522	0,19%
GD	1.496	0,19%
GE	1.492	0,18%
GF	1.490	0,18%
GG	1.480	0,18%
GH	1.471	0,18%
GJ	1.428	0,18%
GK	1.423	0,18%
GL	1.421	0,18%
GM	1.409	0,17%
GN	1.407	0,17%
GO	1.396	0,17%
GP	1.387	0,17%
GQ	1.386	0,17%
GR	1.378	0,17%
GS	1.370	0,17%
GT	1.347	0,17%
GU	1.347	0,17%
GV	1.343	0,17%
GW	1.326	0,16%
GX	1.316	0,16%
GY	1.315	0,16%
GZ	1.315	0,16%
HA	1.301	0,16%
HB	1.284	0,16%
HC	1.278	0,16%
HD	1.270	0,16%
HE	1.251	0,16%
HF	1.225	0,15%
HG	1.222	0,15%
HH	1.203	0,15%
HJ	1.191	0,15%
HK	1.127	0,14%
HL	1.124	0,14%
HM	1.111	0,14%
HN	1.086	0,13%
HO	1.075	0,13%
HP	1.049	0,13%

Operadores anonimizados (entidades ou grupos de entidades)	Total de requisições aceites	Representatividade
HQ	1.040	0,13%
HR	1.034	0,13%
HS	1.028	0,13%
HT	1.020	0,13%
HU	994	0,12%
HV	955	0,12%
HW	940	0,12%
HX	920	0,11%
HY	892	0,11%
HZ	888	0,11%
JA	874	0,11%
JB	871	0,11%
JC	870	0,11%
JD	839	0,10%
JE	794	0,10%
JF	792	0,10%
JG	743	0,092%
JH	733	0,091%
JJ	714	0,089%
JK	667	0,083%
JL	651	0,081%
JM	643	0,080%
JN	617	0,076%
JO	616	0,076%
JP	583	0,072%
JQ	554	0,069%
JR	538	0,067%
JS	535	0,066%
JT	509	0,063%
JU	494	0,061%
JV	490	0,061%
JW	455	0,056%
JX	438	0,054%
JY	395	0,049%
JZ	354	0,044%
KA	288	0,036%
KB	283	0,035%
KC	280	0,035%
KD	234	0,029%

Operadores anonimizados (entidades ou grupos de entidades)	Total de requisições aceites	Representatividade
KE	233	0,029%
KF	227	0,028%
KG	225	0,028%
KH	175	0,022%
KJ	130	0,016%
KK	121	0,015%
KL	9	0,001%
Portugal continental	806.677	100%



RUA S. JOÃO DE BRITO, 621 L32
4100-455 PORTO - PORTUGAL
T +351 222 092 350
GERAL@ERS.PT
WWW.ERS.PT

© Entidade Reguladora da Saúde, Porto, Portugal, 2022

A reprodução de partes do conteúdo deste documento é autorizada, exceto para fins comerciais, desde que mencionando a ERS como autora, o título do documento, o ano de publicação e a referência "Porto, Portugal".

Na execução deste documento foi atendida a privacidade dos titulares de dados pessoais. O tratamento destes dados cumpriu as normas relativas à sua proteção, nomeadamente as constantes do Regulamento Geral de Proteção de dados (RGPD).